

**ATA DA CENTÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras deputadas e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! *"Ata da Centésima Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cento e Vinte e Três da Centésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 35/2025, do Poder Executivo; Ofício nº 4.138/2025, da Presidência da República; Ofício nº 14.718/2025, do Ministério da Previdência Social; Ofício nº 110/2025, da Agência Nacional de Aviação Civil; Ofício nº 162/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofícios nºs 46.766, 46.909, 46.906, 46.943, 46.949, 46.958, 47.075, 47.078, 47.081, 47.084, 47.087, 47.101 e 47.104/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 24.201/2025, da Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 10.917/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 352/2025, da Prefeitura Municipal de Rochedo; Ofício nº 267/2025, da Prefeitura Municipal de Aral Moreira; Cartas nºs 1.161, 1.162 e 1.169/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Mara Caseiro, Roberto Hashioka, Junior Mochi, Zeca do PT, Paulo Duarte, Lia Nogueira, Renato Câmara, Antonio Vaz e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Professor Rinaldo, Lucas de Lima, Coronel David, Caravina, Neno Razuk, Jamilson Name, Paulo Corrêa e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 218/2024, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 226/2025, de autoria do deputado Junior Mochi. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 183/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 254/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as*

*seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Caravina, endereçadas aos familiares de Igor Pereira Rosa Paniago, Tiago Andrade Rezende e Fernando Augusto Araújo de Lima; requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçadas aos familiares de Maria Liberata Pereira e Regina Sueli Monteiro Rodrigues; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos familiares de Geraldo Alves Gonçalves; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos policiais militares subtenente Nilson Delgado Siqueira, cabo PM Luciano Brandão Pereira, cabo PM Sandra Maria Tenório Bitsch e cabo PM Alisson Guimarães Seabra, integrantes da Força Tática do 3º Batalhão de Polícia Militar de Dourados, pelo ato de bravura, profissionalismo e agilidade demonstrado no atendimento a uma ocorrência de violência doméstica na aldeia Jaguapiru, no município de Dourados, que resultou no salvamento da vida de uma mulher vítima de tentativa de homicídio. Foi transformado em indicação o requerimento de moção de repúdio, Protocolo nº 4.452/2025, de autoria dos deputados Junior Mochi e Mara Caseiro, ao Decreto Federal nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com votos contrários dos deputados Gleice Jane, Zeca do PT e Pedro Kemp. Foi apresentada uma indicação e aprovada em Plenário, sob o Protocolo nº 4.514/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp, com votos contrários dos deputados Junior Mochi e Mara Caseiro. Requerimento de informações, de autoria do deputado Caravina; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Caravina, Zé Teixeira, Zeca do PT, Lia Nogueira, Gleice Jane, Neno Razuk, Mara Caseiro, Paulo Duarte, Jamilson Name, Lucas de Lima e Renato Câmara. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usaram da palavra os deputados Gleice Jane e Professor Rinaldo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatro de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Eu gostaria de registrar, ainda consternado, a passagem do filho da nossa companheira Ana Paula. Eu elaborei uma moção de pesar, e solicito ao senhor que a inclua na Ordem do Dia e, se todos concordarem, que a transforme em nome da Casa. É inexplicável o passamento de uma pessoa tão jovem. Este é um momento difícil para a família. Que Deus conforte o coração dos familiares e amigos. Expediente da Sessão Ordinária do dia 6 de novembro de 2025: Mensagem nº 36/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que autoriza o Poder Executivo estadual a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. (Prot. nº 04540/2025), com garantia da União, e dá outras providências; Ofício nº 245/2025, do Ministério da Educação, respondendo à indicação da deputada Mara Caseiro (Prot. nº 1450/2025); Ofício nº 20/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3756/2025); Ofício nº 4.363/2025, do Ministério Público do Trabalho, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3544/2025); Ofício

nº 126/2025, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando o encerramento do TC/PSC nº 080/2014 — Aprovação com Ressalva — Sistema de Esgotamento Sanitário de Angélica (Prot. nº 4503/2025); Ofícios nºs 46.946, 46.949, 46.955, 46.759, 46.763, 47.143, 47.244, 47.260, 47.328, 47.356 e 47.359/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos e indicações dos deputados Coronel David, Gleice Jane, Caravina, Gleice Jane, Lia Nogueira e Mara Caseiro (Prot. nºs 3.999, 3.931/2025); Ofícios nºs 1.658, 1.660, 1.678, 1.680, 1.697 e 1.726/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Neno Razuk, Jamilson Name, Coronel David, Junior Mochi e Lucas de Lima (Prot. nºs 1.032, 1.187, 3.240, 3.214, 3.142, 2.614, 3.082, 2.317, 3.082, 1.573/2025); Ofício nº 646/2025, da Prefeitura Municipal de Naviraí, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3.549/2025); Ofício nº 1.349/2025, da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3.775/2025); Carta nº 1.184/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Caravina (Prot. nº 3.995/2025); E-mail, do Grupo Zahran, respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 3.275/2025). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e que nos assistem pela TV Assembleia! Eu quero apresentar duas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística; e ao senhor Marco Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a substituição da atual ponte de madeira por uma ponte de concreto sobre o córrego Panduí, localizado na estrada vicinal que liga a zona urbana do município de Iguatemi à rodovia MS-295, passando pela região conhecida como Chiquilin. A ponte reveste-se de importância estratégica para a mobilidade rural, fomentando a produção agropecuária da região de Iguatemi, configurando-se como acesso essencial entre a zona urbana e as propriedades agrícolas e pecuárias situadas ao longo da via vicinal que conduz à rodovia MS-295. Embora tenha passado por recente reforma, a estrutura de madeira apresenta limitações significativas quanto à segurança, à durabilidade e à capacidade de carga. As condições climáticas da região, especialmente durante o período chuvoso, aceleram o desgaste dos elementos estruturais de madeira, comprometendo a travessia e expondo a riscos consideráveis o tráfego de caminhões e maquinários agrícolas. Justificativa anexa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; e ao senhor

Coronel QOBM Frederico Reis Pouso Salas, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, solicitando estudos técnicos e administrativos visando à instalação de uma base do Corpo de Bombeiros Militar no bairro Nova Lima. A região é uma das mais populosas da Capital, abrigando aproximadamente noventa mil habitantes, conforme dados estimados por órgãos municipais e estaduais de planejamento urbano. Trata-se de localidade em constante expansão, com crescente adensamento populacional e significativa atividade comercial e habitacional, o que eleva a necessidade de ampliação dos serviços públicos essenciais, entre eles os de prevenção e resposta a emergências. A instalação de uma base na região mostra-se medida de elevada relevância social e estratégica, pois permitirá reduzir o tempo de resposta a situações de sinistros, incêndios, acidentes domésticos e veiculares, além de outras ocorrências que demandam pronto atendimento técnico especializado. Além disso, a iniciativa está em consonância com os princípios da eficiência e da continuidade dos serviços públicos (artigo 37, caput, da Constituição Federal) e com o dever constitucional do Estado de assegurar segurança pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio (artigo 144 da Constituição Federal). A atual distribuição das unidades do Corpo de Bombeiros na Capital concentra-se majoritariamente em regiões centrais e sul da cidade, o que acarreta maior tempo de deslocamento para atendimento às ocorrências registradas na zona norte, onde se localiza o bairro Nova Lima e demais bairros adjacentes, inclusive um polo industrial. A criação de uma base operacional na localidade contribuirá para a descentralização do atendimento, garantindo maior cobertura, celeridade e eficiência operacional, refletindo diretamente na preservação de vidas e bens. Diante do exposto, e considerando a relevância da matéria para a segurança e o bem-estar da população, solicita-se que o Poder Executivo estadual, com especial atenção, promova os estudos técnicos e administrativos necessários à viabilização da instalação da referida base. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Frederico Fellini, secretário de Estado de Administração, solicitando celeridade na análise do pedido referente à promoção funcional por antiguidade dos servidores da Agepen. O referido processo encontra-se sob análise da Secretaria de Administração desde junho de 2025, e sem deliberação conclusiva até então, o que tem gerado insegurança entre os profissionais, que aguardam a efetivação deste direito. Ressalta-se que a Polícia Penal enfrenta déficit significativo de efetivo e acumula atribuições complexas, contribuindo diretamente para a manutenção da ordem e segurança dentro e fora das unidades prisionais. A demora na promoção compromete a política de valorização dos servidores, impactando diretamente a motivação e o desempenho institucional. A promoção funcional dos agentes da Polícia Penal representa medida essencial de valorização e reconhecimento dos servidores da Polícia Penal, que desempenham funções

de alta relevância e responsabilidade no sistema de segurança pública, motivo pelo qual solicitamos empenho da parte do Governo no sentido de analisar com celeridade o pedido em questão. Na verdade, a Polícia Penal tem uma série de demandas já apresentadas ao Governo do Estado; há alguns anos nós temos debatido o assunto aqui nesta Casa, temos solicitado que o Governo converse com os representantes da categoria. E agora vem essa demanda relativa à promoção funcional por antiguidade. Esse benefício está previsto na legislação, é direito dos servidores, e até agora as promoções não estão autorizadas. Conto com o apoio dos demais colegas desta Casa. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Jimi Leandro de Oliveira, proprietário da empresa Jangada Transporte de Passageiros, que encerrou suas atividades após trinta e dois anos de história em Novo Horizonte do Sul. A Jangada Transporte deixa um legado de honestidade, respeito e amor ao trabalho — valores que marcaram profundamente a vida de quem teve o privilégio de viajar sob a sua bandeira. O encerramento veio acompanhado de um misto de gratidão e saudade: foram milhares de vidas transportadas, milhões de quilômetros percorridos e incontáveis histórias ao longo do caminho. Eu conheço muito bem o Jimi. Ele tinha apenas um ônibus — um único ônibus — e iniciou no transporte há trinta e dois anos, quando Novo Horizonte do Sul ainda se formava como município. Naquele tempo, as rodovias de acesso ao município e a Ivinhema não eram pavimentadas. Ele enfrentava diariamente essas dificuldades para que a população daquele pequeno município pudesse se deslocar até a cidade mais próxima, Ivinhema, já que Novo Horizonte ainda era distrito de Ivinhema. Parabéns ao Jimi! Espero que esta moção seja aprovada. Presidente, ademais, tenho aqui duas indicações relacionadas a rodovias estaduais, as quais devem ser encaminhadas ao Governo do Estado. 1 - A MS-473, que liga Nova Andradina a Taquarussu, com 28 quilômetros de extensão, encontra-se em estado precário, cheia de buracos e panelas. Os veículos sofrem com isso — ainda ontem recebi um vídeo mostrando um veículo passando por um buraco e sofrendo avaria no pneu e na roda. 2 - A MS-480, que liga o entroncamento da MS-276, no trecho de Batayporã a Anaurilândia, até a Usina Hidrelétrica Sérgio Motta (Usina Porto Primavera), com 29 quilômetros de extensão, também está em situação precária. Trata-se de uma rodovia importante, porta de entrada e de saída do Centro-Oeste, que liga três estados: Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A situação tem causado grande preocupação. Normalmente, realiza-se um trabalho preventivo antes do período chuvoso, para que as rodovias suportem tanto a ação da chuva quanto o tráfego. Quando isso não ocorre — e o período chuvoso já se iniciou — o estado da rodovia se agrava. A manutenção torna-se difícil: o solo e a base do pavimento ficam saturados e a massa asfáltica aplicada não se

sustenta. Seria importante que a Agesul, durante o período de estiagem — cerca de 90 a 120 dias sem chuvas —, realizasse trabalhos preventivos. Uma das medidas possíveis é a aplicação de micropavimento, que é de baixo custo, garante impermeabilização, rejuvenescimento e melhoria da sinalização horizontal, especialmente em rodovias atualmente cheias de buracos. Era o que eu tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Sanesul, senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a perfuração de um poço artesiano, com sistema de captação e uma caixa d'água com capacidade para 10 mil litros, para atender às necessidades de cerca de oitenta famílias residentes no povoado Salobra, localizado no município de Miranda. Este pedido foi enviado ao meu gabinete pela presidenta da Associação dos Moradores do Povoado Salobra, senhora Marinalva Orionzola Barbosa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer, senhor Fernando Luiz Nascimento, e ao superintendente da Funasa, senhor Mário Rosa da Silva, solicitando a perfuração de um poço artesiano, com sistema de captação de água, para atender às necessidades da Escola Estadual Paulo Firmino, localizada no assentamento Eldorado II, no município de Sidrolândia. Este pedido foi encaminhado ao meu gabinete pela vereadora de Sidrolândia senhora Edilaine Tavares, do Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia! Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando a realização de manutenção, encascalhamento e patrolamento na rodovia MS-156, no trecho compreendido entre o frigorífico e o município de Itaporã. Esta proposta visa atender à solicitação encaminhada ao meu gabinete pelo senhor Marcos Castro. O referido trajeto é de extrema importância para os produtores rurais da região, sendo uma via fundamental para o escoamento da produção agrícola e pecuária. Atualmente, as condições da estrada dificultam o tráfego de veículos, especialmente em períodos de chuva, prejudicando o transporte de insumos, alimentos e a mobilidade dos trabalhadores rurais. A melhoria da estrada proporcionará benefícios diretos à economia

local, facilitando o acesso a serviços e reduzindo prejuízos decorrentes de atolamentos, quebras de veículos e atrasos na entrega de produtos. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando estudos de viabilidade para a construção de um trevo, com viaduto, nas proximidades da usina Adecoagro, na rodovia MS-141 (Paulo Rodrigues dos Santos), no município de Ivinhema. Esta proposta foi encaminhada ao meu gabinete pelo senhor Ed Carlos. A MS-141 é importante para o escoamento da produção agrícola e industrial e para o transporte de moradores entre os municípios da região. Diante do aumento significativo do fluxo de veículos, especialmente de cargas pesadas, nas imediações da usina Adecoagro, solicitamos as devidas providências. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não, deputado.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Quero deixar um abraço ao presidente do Republicanos de Aral Moreira, nosso amigo Dorinho, e à vereadora Gláucia. Que Deus os abençoe! Sejam bem-vindos a esta Casa!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público aqui presente e telespectadores que nos assistem pela TV Alems, bom dia! Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel e ao senhor Maurício Simões, secretário de Estado de Saúde, solicitando a pactuação de uma data limite para o pagamento do incentivo estadual destinado aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias. A presente solicitação foi encaminhada ao meu gabinete pelos agentes, que relatam a recorrente demora no repasse às categorias. A Lei Estadual nº 4.841/2016 regulamenta o repasse do incentivo, definindo seus benefícios e a forma de pagamento; porém não estabelece um prazo ou data fixa para sua efetivação. Essa lacuna tem provocado incertezas e dificuldades no planejamento financeiro dos servidores. Os agentes desempenham papel fundamental na execução das políticas públicas de saúde na atenção básica, atuando diretamente nos bairros, nas residências, nas unidades da Estratégia Saúde da Família, contribuindo para a prevenção de doenças, o controle de endemias e a promoção da saúde nas comunidades urbanas, rurais e indígenas do estado. A valorização dessa força de trabalho é essencial para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde em Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, a definição de uma data limite para o repasse do incentivo estadual proporcionará maior previsibilidade, transparência e valorização desses profissionais, além de contribuir para o bom desempenho da administração pública estadual. Dessa forma, solicitamos ao Governo

do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde que definam, de forma pactuada com as entidades representativas dos agentes e com os municípios, um calendário anual de repasses, assegurando que o benefício seja efetivado de modo regular e pontual. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, bom dia! Bom dia, todos que prestigiam a nossa Sessão! Cumprimento a imprensa e todos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais. Eu trago algumas indicações. As justificativas apontam para a necessidade do fortalecimento da estrutura operacional das forças de segurança, pois muitas frotas estão reduzidas, com veículos com muito tempo de uso, o que pode comprometer a eficiência no atendimento de ocorrências. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a destinação de novas viaturas para atender aos seguintes municípios: 1 - Anaurilândia: destinação de viaturas à Polícia Militar do distrito de Vila Quebracho e à Polícia Militar e à Polícia Civil da cidade, atendendo ao pedido da vereadora Jéssica dos Santos Pereira; 2 - Antônio João: destinação, atendendo ao pleito do vereador Jaqueline Lindo Aristimunho, de veículos às Polícias Militar e Civil; 3 - Brasilândia: conforme solicitação dos vereadores Juliana Aparecida da Silva Rodrigues e José Ricardo Martins Balbino relativa à destinação de veículos para as Polícias Militar e Civil; 4 - Coxim: destinação de veículos, atendendo ao pedido da vereadora Adriana Naban, ao 5º Batalhão da Polícia Militar, ao 5º Subgrupamento de Bombeiros Militares Independente, à Delegacia Regional da Polícia Civil e ao Núcleo Regional de Perícias; 5 - Brasilândia: atendendo à solicitação dos vereadores Juliana Aparecida da Silva Rodrigues e José Ricardo Martins Balbino relativa à aquisição de veículos às Polícias Militar e Civil; 6 - Guia Lopes da Laguna, em atendimento à solicitação do vereador Aryclenes Vierma Penha, relativa à destinação de veículos para a Polícia Militar e à Delegacia de Polícia Civil; 7 - Nioaque: destinação, por solicitação do vereador Jorge Fernandes Lemes, de veículos para o destacamento do 4º Pelotão da Polícia Militar e para a Delegacia de Polícia Civil; 8 - Rio Brilhante: destinação, em atendimento ao pedido do vereador Júlio César Ricci Tolomei, de veículos ao Batalhão da Polícia Militar para a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros; 9 - Rio Negro: destinação de veículos, por solicitação do vereador Hélio Rezende, ao Batalhão da Polícia Militar e ao Batalhão da Polícia Civil. Era o que eu tinha. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Vinícius Godoy, vereador no município de Bela Vista; do senhor Adilson da Silva Miranda, vereador do município de Aral Moreira; da senhora Grazielle Schutz, vereadora do município de Aral Moreira; do senhor Carlos Rogério Godoy, vereador

do município de Ladário; do senhor Celso Capovilla, vereador do município de Caarapó; do Carlos Roberto Segatto, vereador do município de Rio Brilhante; Brasília Aparecida, vereadora do município de Amambai; da senhora Lígia Borges, vereadora do município de Amambai; do senhor Eder Souza, presidente da Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores de Leite - Assuleite; do senhor Jerônimo Ferreira, vereador do município de Bela Vista; e do senhor Everton da Silva, gerente de Fundação de Cultura de Campo Grande. Muito obrigado. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Apenas para registrar a votação histórica que aconteceu ontem no Senado Federal: a aprovação por unanimidade do projeto que isenta do pagamento de Imposto de Renda quem ganha até 5.000 reais. Foi uma grande votação. A partir do ano que vem, quem ganha até 5.000 não vai mais pagar Imposto de Renda. E quem ganha até 7.300 reais terá uma redução na alíquota do seu Imposto de Renda. Este fato é histórico, o Governo está fazendo justiça fiscal e garantindo que haja mais igualdade nas condições de vida da população que ganha menos. Essa parcela da população terá uma melhora em seu rendimento. Acho importante fazer este registro. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 04556/2025, 04555/2025, 04554/2025, 04553/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 04541/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três moções de congratulação (Prot. nºs 4534/2025, 4532/2025, 4533/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 4564/2025, 4561/2025); três projetos de lei (Prot. nºs 04566/2025, 4565/2025, 4570/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 04551/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 4552/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de congratulação (Prot. nº 4549/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 04550/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 4539/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 4548/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 04531/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 4535/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: cinco indicações (Prot. nºs 04536/2025, 04567/2025, 04568/2025, 04572/2025, 04563/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 04571/2025); um projeto de lei (Prot. nº 04560/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 04569/2025, 04573/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 4562/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nº 04538/2025, 04547/2025, 04546/2025, 04545/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 04558/2025, 04557/2025).). Encerrado o Pequeno Expediente...



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Só para registrar a presença do vereador de Aparecida do Taboado, o Maurão, que nos dá a alegria de sua presença nesta Casa de Leis.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Obrigado pela presença.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Questão de ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para questão de ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu quero apenas convocar os membros titulares da Comissão de Constituição Justiça e Redação, porque ontem a nossa reunião foi suspensa, em razão do falecimento do filho de uma servidora muito querida desta Casa. A reunião extraordinária será na próxima terça-feira, às 8 horas, no Plenarinho...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu quero me somar ao deputado Pedro Kemp. A pequena correção que o governo Lula faz no que tange à cobrança do Imposto de Renda, desonerando os pequenos e tributando minimamente os grandes, já é uma conquista extraordinária. E é claro que temos que avançar para tributar efetivamente as grandes fortunas e as grandes heranças. Outra coisa. Quero registrar que é possível termos um mundo diferente, mais justo, mais humano. Vimos a vitória de um muçulmano socialista e democrata nas eleições para prefeito de Nova York, nos Estados Unidos. Isso mostra que vale a pena continuar sonhando. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Vossa Excelência dispõe de vinte minutos.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente e nobres pares! Antes de eu entrar no assunto que me traz à tribuna, quero registrar a presença do vereador Tucura, de Rio Brilhante; do vereador Binho, de Aparecida do Taboado; do Marcelo, de Aparecida do Taboado; do Luiz Antônio, de Rio Brilhante; e do vereador Carlito Mendonça, também de Rio Brilhante. Sejam muito bem-vindos a esta Casa! Senhor Presidente, dizem que, quando as coisas ruins acontecem, todos veem e comentam; mas, a meu ver, quando coisas boas acontecem, deputado Jamilson, nós temos que notar e divulgar. Esta Casa é protagonista de um belo trabalho, de

um belo exemplo que está sendo construído em Campo Grande: a reestruturação do Hospital do Câncer Alfredo Abrão. Eu fiz aqui uma fala, acompanhado, inclusive, por vários colegas desta Casa, que se sensibilizaram junto com Vossa Excelência. Propusemos que cada um colocasse uma emenda individual, no valor de 50 mil reais, para que pudéssemos formar uma emenda coletiva, deputado Coronel David, e assumimos, assim, um andar do Hospital do Câncer, que levará o nome da ALEMS e o nome dos parlamentares que contribuíram. Isso estará registrado na placa, deputado Hashioka, lá no Hospital do Câncer. E por que eu venho, deputado Professor Rinaldo, usar esta tribuna hoje? Porque, a partir do que aconteceu nesta Casa, a sociedade civil se mobilizou, se organizou. E eu disse aqui o seguinte: na maioria dos municípios, as pessoas do agro fazem leilões para enviar recursos para o Hospital do Câncer de Barretos, sendo que quase 73% da oncologia de Mato Grosso do Sul é atendida aqui mesmo, no Hospital do Câncer Alfredo Abrão. O hospital tem padrão de clínicas particulares, deputado Zeca. Dias atrás, eu estava em Dourados, deputado Pedro Kemp, visitando um casal de amigos, e soube que uma conhecida deles foi diagnosticada com câncer. Então ela veio a Campo Grande, ao Hospital Alfredo Abrão. Fez todos os exames, foi confirmada a necessidade de cirurgia, e ela voltou a Dourados, numa quinta-feira, para aguardar por uma vaga. Na sexta-feira, ligaram para ela, dizendo: "Você precisa estar aqui amanhã, às 9 horas; porque surgiu uma vaga de encaixe, e você será submetida à cirurgia." Ela veio para cá. Quando chegou e foi colocada no leito, ela disse: "Eu não tenho condições de pagar particular. Vim pelo SUS." E responderam a ela: "Não. Aqui o sistema é SUS. Cem por cento gratuito." Ou seja, hoje nós temos, como referência no Hospital Alfredo Abrão, um sistema SUS com padrão de clínica particular — com leitos equipados com frigobar, mobília planejada, ar-condicionado, televisão, banheiros totalmente adaptados. As equipes do Hospital do Câncer Alfredo Abrão fazem um trabalho de excelência. Eu estou abordando novamente este assunto porque a iniciativa privada se sensibilizou. Anteontem, deputado Pedro Kemp, firmaram-se parcerias importantes: um grupo de vinte e cinco produtores rurais do agro se uniu, cada um assumiu uma cota, e juntos vão manter uma ala — será a "ala do agronegócio, da agropecuária". E podemos ampliar essa união: o Sicoob, o Sicredi, todos participando. Nesta parceria, o Sicredi assumiu um andar do hospital, destinando 1.250.000 reais para conclusão da obra do pavimento. Com tudo isso, o hospital conquistou um acelerador linear, um dos mais tecnológicos do mundo; no Brasil há apenas um, no Hospital Albert Einstein. Deputado Antonio Vaz, a precisão dele é três milímetros, é um grafite, a ponta de um grafite; a precisão com que ele ataca o câncer, deputado Junior Mochi, é impressionante. Enquanto outros aparelhos queimam todo o tecido, esse queima só o ponto específico. Enquanto os outros aparelhos levariam trinta sessões de radioterapia para entregar um determinado resultado, esse novo levará o máximo cinco. É óbvio que precisava construir um bunker para receptionar o aparelho. As paredes do bunker são espessas, com dois metros de espessura de concreto, para não haver problemas de radiação. Um amigo meu, que é empresário, proprietário do HVM, foi visitar o hospital, e se sensibilizou. Anteontem, junto com o pessoal, o grupo do agro que assumiu um andar junto com o Sicredi, que assumiu outro andar, foi lá e assumiu o compromisso de viabilizar o bunker. Ou seja, teremos um andar do agro, um andar do Sicredi, dois andares que o Governo do Estado já concluiu, e mais um andar da Assembleia Legislativa. Isso é extraordinário. Obviamente, assim, conseguiremos absorver

com mais tranquilidade a demanda e oferecer tratamento de excelência à população. Bom, agora, eu quero passar um vídeo referente ao que aconteceu anteontem no hospital do Câncer Alfredo Abrão. [Apresentação de vídeo]... Eu quero pedir uma salva de palmas a esses protagonistas, que fazem a coisa acontecer. [Salva de palmas]... Se isso está acontecendo lá hoje, é porque nós tivemos a iniciativa, nesta Casa, deputado Junior Mochi, de cada parlamentar se sensibilizar e colocar uma emenda de 50 mil reais para, de maneira coletiva, finalizarmos um andar. Esta Casa vai finalizar o andar da Pediatria — que é ainda mais sensível, por envolver o trabalho com crianças com câncer, uma doença que avança rapidamente. E, mais do que isso, estamos preparando um hospital em Mato Grosso do Sul para fazer esse enfrentamento de ponta, especialmente agora, com esse acelerador linear que está chegando, para ajudar muito no enfrentamento e na busca pela cura dessa doença.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — O senhor me concede um aparte?

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Pois não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu quero apenas reforçar o tema que Vossa Excelência traz e parabenizar o bellissimo trabalho realizado pela direção do Hospital do Câncer Alfredo Abrão. Já por umas quatro ou cinco vezes estive lá, inclusive recentemente, e posso atestar que os pacientes estão recebendo tratamento com qualidade — gratuitamente, é importante dizer isso — oferecido pelo SUS. O Hospital Alfredo Abrão é a única unidade hospitalar dedicada exclusivamente ao tratamento oncológico em Mato Grosso do Sul. Tenho dito e repito: fico feliz em ver agora o aumento das contribuições e participações das pessoas, porque o estado inteiro realiza leilões para o Hospital do Câncer de Barretos. Acho necessário, entretanto, que do total arrecadado se destine uma parcela — que seja 20% — ao hospital do nosso estado. Isso representaria o fortalecimento do tratamento contra o câncer em Mato Grosso do Sul e permitiria que parte dos pacientes, hoje encaminhados para lá, recebesse atendimento aqui mesmo, no estado. Parabéns a Vossa Excelência! Parabéns à Sueli Lopes e à sua equipe pelo brilhante trabalho que estão fazendo! Parabéns ao Hamilton e ao Amílcar! Então, é um avanço significativo que esse hospital traz no tratamento oncológico para todos os cidadãos sul-mato-grossense.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Muito obrigado. Eu incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Um aparte.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Pois não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Deputado Lidio Lopes, parabéns! Acho muito importante essa discussão aqui na Assembleia — e essa emenda coletiva sendo apresentada. Hoje, a gente está vendo o resultado. Quem ganha com isso é a população. É importante apoiarmos todas as iniciativas de enfrentamento dessa doença, que cresce a passos largos todos os dias. Precisamos dar respostas à população. Hoje, o Hospital do Câncer de Barretos — o Hospital de Amor de Barretos — atende mais de quatro mil sul-

mato-grossenses. Nosso objetivo é promover ações como essa, para que essas quatro mil pessoas, que hoje buscam tratamento fora do estado, possam receber atendimento aqui mesmo, em Mato Grosso do Sul. Por isso também a unidade de Dourados do Hospital do Amor está sendo construída, com uma emenda coletiva desta Casa destinada à compra de um equipamento de tomografia computadorizada. O Hospital do Amor já está na fase de acabamento, em Dourados, e vai oferecer tratamento inicial de quimioterapia, seguindo o protocolo de Barretos. Acredito que, unindo esforços — com o Hospital Alfredo Abrão, aqui de Campo Grande, e o Hospital do Amor, de Dourados —, quando essas duas unidades estiverem atendendo em sua plenitude, daremos um passo gigantesco, faremos uma verdadeira mudança de chave no que diz respeito ao tratamento contra o câncer em Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Obrigado. Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento. Vivemos um momento importante. A região do Cone Sul é muito atendida no estado do Paraná, deputado Antonio Vaz, especialmente em Cascavel. Muitos pacientes ainda são encaminhados para Barretos, e 72%, quase 73%, são atendidos em Campo Grande, no Hospital Alfredo Abrão. Ou seja, o hospital está mudando, virando a página de um passado em que foi descredenciado por problemas que macularam sua imagem. Hoje, com gestão séria, com uma equipe comprometida, liderada pelo Amilton, pela Suely, pelo Amilcar e pelos demais membros da diretoria, além do corpo clínico e técnico, capitaneado pelo doutor Marcelo Vilela, o hospital tem alcançado resultados fantásticos. Isso nos encanta! É maravilhoso ver uma obra que levou tantos anos para se concretizar começar agora a ganhar forma — e tudo isso graças a parcerias importantes. Eu e o deputado Londres Machado destinamos juntos uma emenda para a direção equipar o centro cirúrgico do Hospital do Câncer. E há também uma emenda individual minha, para a aquisição de um veículo de sete lugares, deputado João Henrique, destinado à equipe volante, que visita os pacientes em suas casas. Vivemos um momento de grande avanço, que nos traz uma alegria imensa. Quando tomamos a iniciativa, conseguimos sensibilizar a sociedade civil. Foi o que aconteceu anteontem, quando vimos a equipe do agro presente, as mulheres do agro assumindo parte desse compromisso, realizando eventos para ajudar na concretização da obra. Assim também o Sicredi assumiu uma ala; e a HVM vem encabeçando o movimento e atraindo outras empresas, a fim de finalizar o hospital.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor me concede um aparte?

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Concedo, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado, eu tive a oportunidade de visitar o Hospital Alfredo Abrão, porque havia destinado uma emenda parlamentar para lá, e fui lá fazer a entrega simbólica. Tive, então, a oportunidade de conhecer as instalações do hospital, que está passando por reformas, modernização, aquisição de equipamentos e mobiliário. A gente fica muito feliz de ver a transformação, a reforma, pois proporciona

dignidade aos pacientes. O câncer fragiliza muito a pessoa, a família, leva sofrimento... Mas tudo o que está sendo feito no hospital visa garantir um atendimento de qualidade aos pacientes. Mas o que eu ouvi muito dos responsáveis pelo hospital é que eles precisam de apoio, da ajuda da sociedade, porque o intuito é beneficiar toda a sociedade — e também de nós parlamentares e gestores públicos. Esta emenda coletiva é muito bem-vinda. Às vezes, temos recursos, digamos assim, "sobrando", porque precisamos aplicar 60% das emendas em saúde. Então, o dinheiro será muito bem aplicado, e dará um retorno social importante. Sobre o acelerador linear, eu ouvi a explicação lá: hoje existe um equipamento muito avançado, que causa menos danos físicos à pessoa, porque o aparelho foca com precisão no local onde está o tumor. É uma radioterapia bastante precisa...

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Muito precisa!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Exatamente! Então, a gente fica torcendo para que o hospital possa crescer e ter condições de adquirir um equipamento dessa natureza. Para encerrar, deputado, eu me lembrei de que, anos atrás, houve uma denúncia muito grave sobre o que acontecia no Hospital do Câncer: pacientes estavam recebendo soro, achando que estavam recebendo quimioterapia... Famílias perderam entes queridos por conta daquela barbaridade. Mas, hoje, viramos essa página, deixamos aquilo no passado, e comemoramos este novo momento. Nós, aqui, temos participado dessa virada de página. Acho que é importante, inclusive, que, nas próximas emendas parlamentares, esta Casa continue apoiando o hospital. Parabéns!

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Eu incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Vossa Excelência destina emendas ao Hospital do Câncer — o que demonstra sua sensibilidade. Assim também fazem vários colegas desta Casa. A gente sabe como é: para desconstruir uma imagem, bastam segundos; mas, para reconstruí-la, são necessários muitos anos. E é exatamente isso que o Hospital do Câncer vem fazendo — reconstruindo sua credibilidade, com muito trabalho. Agora, efetivamente, vemos o resultado: a sensibilidade da sociedade civil, do setor agropecuário, da rede cooperativista, todos unidos em torno da iniciativa desta Casa, que se mobilizou para apresentar uma emenda coletiva. E, a partir daí, outros se sensibilizaram para finalizar os andares, fazendo com que aquele equipamento público que atende a população possa estar completo, funcionando e fazendo cada vez mais o enfrentamento do câncer. O que está acontecendo é um grande avanço. Dá alegria saber que deputados conseguimos ajudar de verdade, destinando recursos não só aos municípios, mas também a entidades essenciais, como o Hospital Alfredo Abrão. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu quero registrar a presença do ilustre escritor, ex-deputado desta Casa e ex-deputado federal Sérgio Cruz, uma liderança incontestada no Parlamento de Mato Grosso do Sul, que agora me presenteia com a obra "As duas guerras de Bento Xavier, o Maragato". Bento Xavier foi um dos líderes da Revolução Farroupilha, que acabou vindo para Mato Grosso do Sul, e falecendo, na cidade de Nioaque. É isso, Sérgio?... Muito obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu quero colocar sobre a mesa um projeto de lei que dispõe sobre a vedação, a reconstituição de produtos lácteos em pó, de origem importada, quando destinados ao consumo alimentar, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Pela urgência do tema, eu gostaria de colocar o projeto no expediente de hoje, para que ele seja analisado e comece a tramitar. Eu vou explicar a proposta na semana que vem, com mais detalhes, mas a questão é de suma importância para os produtores de leite de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Registramos e agradecemos a presença do senhor Mauro Sampaio, o Maurão, vereador do município de Aparecida do Taboado; do professor Jackson, presidente da Câmara de Vereadores de Aral Moreira; e do Jucleber, vereador do município de Aparecida do Taboado. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e três senhores deputados, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 183/2025. Autor: deputado Renato Câmara. "Institui o 'Dia Estadual do Varejista' no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão a redação final... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, esta é uma solicitação da FCDL e do Governo do Estado, que nos trouxeram a importância de instituímos o Dia do Varejista, data que representa o varejo de Mato Grosso do Sul — setor responsável por 65% das vagas de empregos em nosso estado. É um setor importante, que

vem sendo pressionado pelos E-commerces, que, a cada dia, entram nas casas dos consumidores sem pagar impostos, prejudicando todo um segmento que paga seus tributos, que gera emprego e que investe aqui, no estado. Portanto, o Dia do Varejista serve para valorizar esse setor e também para abrir caminhos e discussões, a fim de que possamos defender os empregos e fortalecer esse segmento tão relevante para Mato Grosso do Sul. Voto sim.

Projeto de Lei nº 183/2025, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2025. Autor: deputado Renato Câmara. "Declara a tradicional Fogueira de Jateí como Patrimônio Imaterial e Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — O deputado Londres Machado conhece muito bem a festa. Quando eu era criança, eu ia à festa com a minha família. O evento é uma marca da nossa região, atrai turistas, é maravilhoso. A Sueli, que é da região, conhece a festividade. Essa nossa iniciativa vai ficar marcada nos anais do nosso estado. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2025, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 136/2025. Autora: deputada Gleice Jane. "Institui o 'Dia Estadual de Luta pelos Direitos das Empregadas e dos Empregados Domésticos' no Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar o voto dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 136/2025, de autoria da deputada Gleice Jane.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Projeto de Lei nº 117/2022. Autor: deputado Pedro Kemp. "Dispõe sobre a divulgação de informações e/ou alertas contra o racismo, a discriminação racial e as demais formas correlatas de intolerâncias em eventos culturais ou esportivos sediados no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 03, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, para declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declarar seu voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero fazer justiça e, ao mesmo tempo, prestar uma homenagem ao saudoso companheiro e deputado estadual Amarildo Cruz. Este é um projeto que foi pensado, elaborado e protocolado quando ele ainda estava entre nós. Ele, que era também um militante pela igualdade racial, sempre se preocupou em apresentar aqui nesta Casa proposições e projetos de combate ao racismo. Este projeto visa a combater a discriminação racial e outras formas correlatas de intolerância em eventos culturais ou esportivos realizados no estado. Quantas vezes já vimos, num campo de futebol, um jogador negro ser agredido de forma violenta — chamado de macaco, ou alvo de gestos ofensivos —, que atenta contra a dignidade da pessoa humana, em razão da cor de sua pele. O deputado Amarildo pensou num projeto que sirva de alerta para que, nesses eventos culturais e esportivos, fique claro que não se pode admitir qualquer tipo de comportamento intolerante ou discriminatório com relação a alguém por causa da sua cor. Quero agradecer os votos dos colegas. Voto sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, para justificar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, para justificar seu voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Junior Mochi, quero agradecer a Vossa Excelência, porque este projeto poderia ter sido arquivado na Comissão de Constituição e Justiça, se não fosse o empenho do senhor em buscar as adequações na redação, o que nos permitiu chegar a este momento. Registro, portanto, meu sincero agradecimento ao deputado Junior Mochi, que colaborou, e muito, para que este projeto chegasse à votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu quero fazer coro à fala do deputado Pedro Kemp. Tive a honra de desfrutar da amizade e parceria do deputado Amarildo Cruz. Fomos eleitos juntos e mantivemos boa relação desde o primeiro mandato até a data em que ele faleceu. Esta era uma luta dele, uma causa de vida — o dia 20 de novembro tornou-se feriado por proposta dele. Aprovar este projeto é prestar uma justa homenagem àquele deputado extremamente comprometido com a igualdade racial e com o ser humano. Ele era um deputado extremamente aguerrido, dedicado, que enobrecia o Parlamento com a sua presença, com sua postura e com seus posicionamentos. Este projeto é de grande relevância. Parabenizo o deputado Pedro Kemp. A meu ver, este projeto, depois de aprovado e sancionado, poderia se chamar Lei Amarildo Cruz.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Gratidão, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, para declarar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Apenas para cumprimentar o deputado Pedro Kemp e homenagear, *in memoriam*, o deputado Amarildo Cruz, que já nos deixou, mas deixou aqui o resultado de um mandato combativo. Apesar das nossas diferenças ideológicas, eu o respeitava muito, assim como respeito Vossa Excelência. Quero dizer, deputado Pedro Kemp, que a luta contra o racismo está acima de qualquer ideologia e posicionamento político. Voto sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Para declarar meu voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declarar seu voto, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Eu também quero parabenizar o deputado Pedro Kemp por trazer à tona este projeto, que era uma bandeira do saudoso deputado Amarildo Cruz. Ele, por várias e várias vezes, usou a tribuna desta Casa em defesa das pessoas e contra todo tipo de racismo e discriminação. Tivemos a oportunidade de trabalhar juntos na Comissão de Constituição e Justiça; discutíamos muito essas questões, este projeto e, principalmente, as bandeiras que ele levantava aqui. Mais uma vez, parabenizo o deputado Pedro Kemp e faço minhas as palavras do deputado Coronel David: questões como o racismo estão muito acima de ideologias e bandeiras partidárias. O deputado Amarildo Cruz sempre soube respeitar os colegas parlamentares. Teve uma passagem abençoada por esta Casa, sempre discutindo, com muita galhardia, todos os projetos e as suas convicções. Esta era uma bandeira que ele precisava deixar marcada: o

combate à discriminação racial. Faço minhas também as palavras do deputado Junior Mochi: esta lei deveria levar o nome "Amarildo Cruz", em justa homenagem a ele.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Em votação.

Projeto de Lei nº 117/2022, de autoria dos deputados Amarildo Cruz e Pedro Kemp.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCA DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário quanto ao resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) —
São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 257/2025. Autor: Poder Executivo. "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2026". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e às Emendas 1 a 15, 17 a 37, 39 a 73, 75 a 104, 112 a 141, 143 a 145, 147 a 152, 154 a 165, 167 a 169, 171 a 175, 177 a 202, 204 a 208, 210, 211, 213, 215, 216, 219, 220, 222 a 235, tendo como relator o deputado Caravina. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e às Emendas 1 a 15, 17 a 37, 39 a 73, 75 a 104, 112 a 141, 143 a 145, 147 a 152, 154 a 165, 167 a 169, 171 a 175, 177 a 202, 204 a 208, 210, 211, 213, 215, 216, 219, 220, 222 a 235, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhores deputados, colegas, amigos, público que nos assiste, bom dia! Nós estamos analisando aqui a lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso do Sul. E é importante, neste momento, fazermos uma pequena digressão sobre o nosso trabalho enquanto oposição. Nosso trabalho, deputado Coronel David, possibilitou a entrega de uma informação que o Estado — em especial o governador Eduardo Riedel — escondia: os valores da renúncia fiscal do Estado. E isso é importante, porque, após ajuizarmos ações e medidas, inclusive junto ao Tribunal de Contas, vieram informações assustadoras quanto ao volume dessa renúncia fiscal. E me assusta, deputado Lidio e deputado Zeca, o quanto ela aumentou de um governo para o outro! Tínhamos, há pouco tempo, uma renúncia fiscal de quatro ou cinco bilhões de reais. Hoje, já há uma projeção de 11 bilhões, podendo chegar a 13 bilhões até o fim de 2028. Esses números, deputado Hashioka, possibilitaram um estudo da FGV — estudo que a mídia local já vem explorando. Inclusive, um político mato-grossense, o Júlio Campos, esteve aqui recentemente e, de certa forma, denunciou a agressividade — eu diria até a irresponsabilidade — dessa política fiscal, uma vez que ainda não sabemos quem são

os beneficiários, e sortudos, desse aumento. Mas, deputado Lidio Lopes, eu estive recentemente analisando os números, e percebi o quanto o governador Eduardo Riedel não tem apreço pelo município de Campo Grande. A forma de cálculo exclusiva dele, a interpretação subjetiva de certos critérios, fez com que houvesse uma drástica redução de praticamente 50% no percentual de repasse de ICMS ao município. Campo Grande, que já teve 22% de participação no rateio do ICMS, hoje — salvo engano — caiu para 12%, com ligeira recuperação para 13%. Deputado Lidio Lopes, eu debrucei sobre o Arcabouço Constitucional e entendi o seguinte: o governador aumentou a renúncia fiscal herdada do governo anterior, chegando a aproximadamente 11 bilhões de reais. Mas é importante ler aqui a Constituição Federal, que, em seu artigo 158, diz: "Pertencem aos municípios: (...) IV - 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias..." Ou seja, o ICMS. Se Vossas Excelências analisarem o valor total bruto do fundo atual — salvo engano, algo em torno de 4 bilhões —, perceberão que, pela forma como o governador e sua Secretaria de Fazenda vêm interpretando a regra de distribuição, há um prejuízo mensal de cerca de 80 milhões de reais para Campo Grande. Portanto, todo o esforço que Vossa Excelência, deputado Lidio Lopes, tem destacado aqui nesta tribuna, e tudo o que vemos de ataques às gestões municipais, precisa ser entendido sob essa ótica: além da injusta forma de distribuição, o governador tem assaltado os municípios. Quando ele renuncia receitas em favor de seus amigos e empresários envolvidos em operações obscuras da Polícia Federal, ele retira e assalta o orçamento dos municípios. Está na Constituição Federal! Não fomos nós que inventamos esse artigo. É a Constituição que diz que 25% pertencem aos municípios. Ora, o governador disse em sua propaganda que iria incentivar o varejo e o comércio, responsáveis por 65% da arrecadação e movimentação econômica do estado, e não converte sequer 9% da sua renúncia fiscal em benefício dos pequenos, médios e varejistas, aqueles que realmente arrecadam. Então há uma grande incoerência. Na propaganda, tudo parece uma maravilha; mas, na prática, ele precisaria, pelo menos, deputado Zeca do PT, instituir um fundo para compensar esse assalto! Esses 25% se refere a algo em torno de 1,5 bilhão de reais tirado dos municípios todos os anos. Então, esse esforço que nós estamos fazendo aqui — uma emenda coletiva — para ajudar Campo Grande, já que o governador a prejudica, para terminar um pavimento... Calculem! Usem a calculadora! Quanto deveria ser revertido para os municípios — inclusive para a nossa Capital, afundada em buracos? E é muito fácil vir atacar... Agora, vamos começar a conversar sobre gestão. O governador, a todo momento, pega empréstimo, empréstimo, empréstimo — e a gente vê que as vinculações e as faltas de entrega do BNDES são por culpa do próprio Governo, que não consegue cumprir sua contrapartida ou a parte de execução e viabilização dos projetos. Projetos esses, deputado Hashioka, que eu acho fantásticos... Só há um concorrente! Você vai ver: o desconto na licitação é de 0,5%, 1% — e ganha a licitação! Não há disputa aqui no estado. É impressionante! Uma licitação de 200 milhões de reais, 300 milhões de reais — e ninguém quis disputar! É só uma empresa. Pode verificar. Vá puxando! É impressionante essa falta de gestão do governador Eduardo Riedel! E quando a gente analisa esses empréstimos —

para tudo, para qualquer coisa —, vem a necessidade de Vossas Excelências analisarem e debaterem essa lei que nós estamos aprovando, na qual eu vou votar contra. Por quê? Esse último projeto... Quer dizer, já pediram para o BID, já pediram para o BIRD, já pediram para as empresas públicas...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — O senhor me concede um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu preciso concluir, deputado... E nós, na condição de avalistas. Agora vem o pior, deputado Zeca do PT e deputado Junior Mochi: quatrocentos e cinquenta milhões de reais, aproximadamente, desse dinheiro que vai pedir — com uma celeridade absurda nesta Casa — ao Banco do Brasil, são para custeio, deputado Zeca do PT! Para custeio! O governador diz: "Não, mas nós vamos ajudar os municípios com esse dinheiro, é para converter...". Não é! O governador está subvertendo, ele está tirando dos municípios um bilhão e meio de reais todos os anos com sua renúncia fiscal agressiva, imoral, escusa, e até ilegal, quando não apresenta o estudo de...

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Vossa Excelência me concede um aparte?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ... impacto financeiro — obrigatório pela Constituição Federal, pelo artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal! Sequer tem o impacto! Por exemplo: um município, deputado Junior Mochi, que recebe uma grande indústria, uma grande usina... "Ah, mas vai gerar empregos!". Mas nós estamos falando de 11 bilhões de reais! E esse município recebe, na forma de rateio, a mesma coisa que sempre recebeu — tabelado, fixo —, enquanto outro município, que não levou nenhuma empresa, fica sem nada. Não há um fundo compensador! E veja: se o governador necessita de metade, aproximadamente, ou de qualquer percentual desse empréstimo para pagar custeio, é porque ele renunciou a mais do que poderia arrecadar, deputado Zeca do PT. O governador precisa agora desse dinheiro que Vossas Excelências vão votar aqui para poder viabilizar o outro! A gente não pode nem falar de pedalada fiscal... é uma escalada fiscal! Então, nós temos que fazer alguns debates, porque...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Deputado, faltam 30 segundos!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vou concluir, senhor presidente. Nós precisamos, sem dúvida, fazer alguns debates, porque esses números não eram apresentados ao público — e só começaram a vir porque eu entrei com mandado de segurança, ganhei, e transitou em julgado. Então, percebam que nós não temos nenhum elemento para entender, para compensar aquilo que tem sido tirado de um município em prol de outro. E a gente precisa rediscutir a forma de rateio e da divisão das despesas dos municípios. O Governo se diz municipalista, mas municipalista ele não é. Obrigado, presidente.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Senhor presidente, nobres deputados, por dever regimental e por dever de ofício, eu não deveria ocupar esta tribuna agora, porque o colega que me antecedeu descumpre o Regimento de forma esdrúxula aqui. O Regimento permite a discussão da matéria que está em votação. Eu não posso, na hora em que estamos discutindo a Lei Orçamentária, vir falar de distribuição de receita, de lei que não está em votação. Então, não é bom vir aqui por dever de literalidade para esclarecer a população. Mas eu quero dizer o seguinte: hoje nós vamos votar o orçamento. Como o orçamento não foi debatido, deputado Pedrossian Neto, eu não vou falar sobre ele. Eu quero, sim, fazer um convite para o debate sobre a distribuição de receita, que é prevista na Lei Complementar Federal nº 63/1990. Essa lei nós não podemos alterar: ela define o movimento econômico do município, o número de eleitores, o número da população, 10% pelo coeficiente eleitoral. É uma lei federal, e o Estado tem apenas que cumpri-la. E não foi o governador Eduardo Riedel que mudou, que tirou dos municípios; na realidade os anos se passaram, e a aplicação dessa lei mudou a realidade de Campo Grande — o que eu acho muito injusto. Nós vamos debater isso na hora certa, quando formos discutir os índices. Vamos debater índice, deputado Junior? Vamos debater índice ecológico, índice educacional, movimento econômico — que, aliás, vai acabar com a Reforma Tributária —, mas vamos debater tudo na hora certa. Com relação ao financiamento, mais uma vez há uma informação incorreta — uma inverdade. Não existe projeto de financiamento para custeio, é para investimento. Mais uma vez, uma inverdade! Segundo — e para finalizar essa conversa sobre incentivo fiscal —, trazer uma fala de alguém da vizinhança, do Mato Grosso ou de São Paulo, que seja contra o incentivo fiscal em Mato Grosso do Sul, é, no mínimo, uma incoerência. É possível que alguém do Mato Grosso queira que a gente dê incentivo para desenvolver aqui — e que esse desenvolvimento não vá para lá? Será que essa pessoa está defendendo Mato Grosso do Sul ou o Mato Grosso? Dizer aqui que incentivo fiscal é dinheiro em caixa, mais uma vez não é verdade. Então, eu vou me ater a não debater o orçamento. Quero convidar todos para o debate sobre a Lei nº 6.390, sobre incentivo fiscal e sobre financiamento, mas na hora em que as leis estiverem em discussão... Pois não, deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para dizer que, realmente, a nossa discussão hoje é sobre a Lei Orçamentária, que está aqui para votação. O que está em votação é a constitucionalidade, a legalidade e a juridicidade da lei. Nós não estamos discutindo o mérito da Lei Orçamentária. Temos que cumprir o Regimento Interno, senão ficaremos aqui falando sobre muitas coisas que não têm a ver com o momento. A questão relacionada ao empréstimo, no momento oportuno, nós vamos discutir — provavelmente na semana que vem. Aí, sim, será o momento do debate. E sobre a distribuição do ICMS, é

uma matéria que, felizmente, eu domino — até porque me senti extremamente prejudicado quando fui prefeito municipal, então tratei de conhecer o tema. Talvez o único município que, até hoje, entrou com ação contra o Estado para rever essa situação tenha sido Coxim, há vinte anos...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Costa Rica e alguns outros também entraram...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — ... Exatamente. Então, a questão é danosa ao município de Campo Grande — é importante que se diga isso. É preciso realinhar não só Campo Grande. Campo Grande e Dourados ficam prejudicadas na distribuição dos índices, mas não por erro da Secretaria, e sim pelos critérios previstos na lei estadual e na lei federal. Pela lei federal, são 75%. Ou seja, três quartos pelo valor adicionado, e os 25% restantes cabem à legislação estadual, que, sim, deve sofrer alguma alteração. Quando iniciei nesta Casa, meu primeiro projeto de lei foi para modificar essa lei complementar — mas não tive votos suficientes para vê-lo aprovado. Mas é importante a discussão. Temos que trazê-la a esta Casa, sim, porque alguns municípios são extremamente afetados pelos critérios estabelecidos. Obrigado.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — O deputado Junior comentou sobre a distribuição de receita, mas os critérios estaduais são: número de eleitores, tamanho da área territorial, índice ecológico e receita própria. Inclusive, o ICMS Ecológico é importante... Eu os convido para fazermos um debate na Casa e apresentarmos alguma coisa objetiva. Mas dizer que o movimento econômico é o que vai mudar, ou que o governador A ou B mudou, porque quis mudar, não condiz com a realidade. Sobre o orçamento, eu não vou falar nada, porque não foi debatido aqui, eu só pedi a votação. Senhor presidente, obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda em discussão... Em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para declarar meu voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para declaração de voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu declaro voto contrário, registrando e reiterando que toda fala que nós fizemos sobre a questão orçamentária e sobre o que deveria integrar o orçamento, inclusive as determinações que seguem a Lei de Responsabilidade Fiscal, a determinação do Tribunal de Contas, mesmo quando nós aprovamos a lei e a execução dela com as recomendações que eu disse ali naquela tribuna, são regimentalmente integrantes e pertinentes ao orçamento, principalmente o que é retirado do orçamento. Então, se eu não estou discutindo orçamento,

é porque algo foi retirado de lá de uma maneira que não deveria. E, se não analisarmos, a Polícia Federal vai analisar para a gente. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em votação.

Projeto de Lei nº 257/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu gostaria de pedir que o senhor inclua na pauta desta Sessão uma moção de pesar aos familiares e amigos da Ana Paula, servidora desta Casa. Eu gostaria que lhe fosse encaminhada uma moção em nome da Casa. Se o senhor puder consultar os colegas, eu agradeço. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — OK. Eu consulto o Plenário... Todos de acordo. Aprovada a moção. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Seis requerimentos, vinte e três indicações, uma moção de protesto, duas moções de aplauso, sete moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor Ulisses César Alcarás. Proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento dos senhores Cleiton Serafim Gonçalves, Heber Carvalho da Fonseca, Marcos Vinicius Cardoso Carvalho e Rodrigo Velloso Cabral. Proposta pelos deputados Paulo Corrêa, Gerson Claro, Pedro Claro, Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Armando Camillo. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento do senhor Geraldo Alves Gonçalves. Proposta pelo deputado Pedrossian Neto, em razão do falecimento da senhora Ilza Feitosa Nogueira. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, aos familiares do adolescente Antônio Augusto Gimenez Dutra, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 4 de novembro de 2025, transformada em nome da Casa. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h42min).